

RELATO DAS REUNIÕES DA COORDENAÇÃO NACIONAL NA SESU-MEC (16/09/2019) E NA SGP-ME (17/09/2019) – BRASÍLIA/DF

REUNIÃO SESU

Participaram da reunião os representantes do MEC: Wagner, Fabiana, Webster, Eduardo e Tomás. Da parte do Forgepe, estavam presentes Elisabeth (UFT), Geunice (UFSJ), Mauricio (UFRGS) e Miriam (UFRN).

Tomás se apresentou como Coordenador da CGG e substituto do Wagner. Em relação às portarias de afastamento para o exterior, falou da delegação de poder aos reitores para afastamentos com menos de 10 dias e destacou que só deve ir para o MEC viagens com ônus para a universidade. Falou também do fluxo, a solicitação deve ser feita via SIMEC, o reitor aprova no sistema e envia para o secretário, que em média está demorando 15 dias para assinatura no MEC.

Maurício questionou sobre as IN 1 e 2 de 2019, especificamente sobre a preocupação com a contratação de professor substituto. O Webster pediu para Eduardo falar, pois o mesmo tinha participado de reunião no Ministério da Economia. Eduardo colocou que a IN1 não se aplica a contratação de substituto, em função da autorização que já consta no banco de professor equivalente e na portaria 109. Webster destacou que as INs não se aplicam às universidades e que é para seguirmos o banco. Miriam, da UFRN, falou da importância de se ter algo escrito orientando para seguir a portaria 109 e o banco. Webster disse para seguir o que tem, que é o banco e a portaria, que esses instrumentos estão em vigência e que a portaria 109 é o instrumento utilizado para definir o orçamento de pessoal das IFES na LOA.

Maurício questionou sobre concurso para TAE no próximo ano, tendo em vista que o decreto 9794-2019 não fala do QRST. Webster disse que o banco não foi extinto e que o entendimento seria o mesmo utilizado para docentes, ou seja, portaria 109 e banco. Webster chamou atenção para o questionamento em reunião com a SOF-ME sobre o quantitativo de vagas na rede, 4.000 códigos de vagas docentes. Elisabeth questionou se foram colocados no PLOA de 2020 os 4.000 códigos. Webster disse que não, que seguiu os dados históricos de provimento, portanto foi menos que esse quantitativo. Mauricio destacou que tem falado para reitores fazerem concurso dos códigos vagos. Webster falou que tem sido questionado sobre a existência de instrumento legal para fazer remanejamento desses códigos para atender situações emergenciais em universidades. Destacou que, para enviar a portaria 109 para o Ministério da Economia, foi feita análise de cada IFE de provimentos realizados anualmente. Em função disso, foram estabelecidos limites para todas IFES para concurso de docente e TAE para 2020 e, após aprovada a LOA, será enviado para as universidades. Falou que estão sendo demandados a fazerem remanejamento semestralmente dos códigos vagos entre as IFES para atender demandas emergenciais. Mauricio falou da importância dos cargos genéricos, disse que existem códigos vagos nas universidades que não são mais utilizados e que, em função da evolução no próprio mundo do trabalho, há necessidade de códigos referentes a novos

profissionais, e que o MEC não tem esses códigos para fazer a troca. Wagner falou que não acredita que o Ministério da Economia trabalharia em cargos genéricos, disse que o caminho seria a terceirização. Geunice questionou sobre o financiamento, colocou que não há recursos de custeio. Wagner disse que a contratação seria feita via OS e fundações, e que o FUTURE-SE seria a solução. Quanto à necessidade de autorização do Secretário da SESU para afastamento do País, registre-se que somente as viagens com ônus da universidade deverão ser remetidas, por meio SIMEC, com antecedência mínima de 20 dias.

REUNIÃO SGP

Participaram da reunião os seguintes representantes da SGP: Roberta Gavioli, Chefe de Gabinete; Diogo Bernardino de Oliveira, Coordenador-Geral de Procedimentos Judiciais; e Eduardo Viana Almas, Coordenador-Geral de Desenvolvimento e Gestão de Desempenho. Maurício começou a reunião falando dos assuntos que levaram à solicitação do encontro. Comentou que no Fórum do FORGEPE a Dra. Neleide, Diretora de Provimento e Legislação do ME, falou que existe uma comissão no âmbito do ME trabalhando no tema Dimensionamento. Na ocasião, foi solicitado à Dra. Neleide que as universidades pudessem ser representadas nessa comissão. Diante disso, foi questionado como está o andamento das discussões no ME, pois há preocupação de que o sistema possa não atender às peculiaridades das universidades. Maurício falou também da importância de se ter cargos genéricos de TAE e deu exemplos de alguns cargos que foram extintos e de novas demandas de cargos que não existem no MEC. Em relação ao PNDP, Maurício falou que as IFES foram colocadas como possíveis parceiras e gostaria de saber como elas poderiam contribuir. Outro assunto colocado por Maurício foi a Portaria 193, que trata de movimentação da força de trabalho, que existia um acordo entre as universidades de não solicitar servidores entre as mesmas, e que a Dra. Neleide informou no FORGEPE em Maceió que a referida portaria estaria sendo transformada em um Decreto, o qual traria mais clareza nos procedimentos a serem adotados para utilização desse instrumento de gestão.

A Roberta, do ME, começou falando do inter-relacionamento entre os assuntos. Falou que, em relação ao dimensionamento, trata-se de um projeto que está em uma fase de revisão da metodologia, uma fase delicada e estratégica. Falou que o sistema permite ajustes para o local de aplicação. Destacou que atualmente o sistema tem condições de rodar na área de gestão de pessoas e que está na versão 2. Falou que o desafio é integrar com os sistemas SIGEP e SIAPE para coletar informações necessárias. Maurício e Miriam falaram novamente sobre a importância da participação das IFES na equipe de dimensionamento do ME.

Em relação à Portaria 193, Diogo questionou qual seria o acordo entre as universidades. Maurício esclareceu que o acordo é apenas entre as universidades. Diogo falou que as IFES poderiam utilizar esse instrumento para fortalecer a área meio. Geunice perguntou se poderia fazer por meio de edital, ele respondeu que sim e que há um espaço no portal do servidor para divulgação.

Em relação aos cargos genéricos, Roberta disse que a discussão estava em uma fase bem embrionária. Em relação ao PNDP, Eduardo falou que o desafio é criar a cultura do

planejamento, que o decreto já está sendo revisado e uma das alterações poderá ser no percentual. Elisabeth falou da importância de se ouvir os órgãos no processo de elaboração dos instrumentos legais, que as universidades têm suas peculiaridades, as quais precisam ser observadas no momento da elaboração desses instrumentos. Eduardo colocou que a UFRGS contribuiu com a elaboração do decreto do PNDP. Ele colocou que no primeiro ano é dispensável estar no PNDP. Quanto ao incentivo para participação das IFES no PNDP, foi colocado que o assunto deve ser tratado com a ENAP. Disse ainda que a primeira análise será só para separar o que é transversal e o que é específico.